OTR/93

Ives Gandra da Silva Martins

O GOVERNO CONTRA O POVO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie,
Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da
Federação do Comércio do Estado de S.Paulo.

O novo pacote fiscal do governo, rigorosamente igual a todos os anteriores e de todos os governantes, gera frustração, desesperança e a certeza de que o Brasil caminha para ter mais recessão, mais inflação e mais desemprego.

Desde que, na década de 1980, todos os governos, todos os anos, buscaram cobrir sua incompetência administrativa com elevação de tributos, que a inflação passou a ser o fruto único colhido de tais sementes deletérias.

A melhor das políticas tributárias é aquela que aposta na sociedade. A pior, a que aposta no governo. A melhor das políticas tributárias, segundo o relatório da "Royal Commission on Taxation" do Canadá, é aquela que promove desenvolvimento econômico e justiça fiscal, gerando, como conseqüência, a elevação da arrecadação. A pior das políticas tributárias é aquela que sacrifica a sociedade, para aumentar a arrecadação pela falta de talento, competência ou interesse de cortar despesas.

Há duas formas de se procurar combater a inflação "oficial", que é tipicamente a inflação brasileira. Uma inteligente, que é de cortar despesas. E outra imbecil, que é de elevar a carga tributária sobre uma sociedade esmagada pela recessão, desemprego e inflação.

0544-JT-20.10.93

Desde 1980, o Brasil tem optado pela forma imbecil, razão pela qual é o único país da América Latina que não venceu o vestibular preparatório para a modernidade, que é reduzir o tamanho do Estado e da inflação.

Como ninguém corta despesas, como o corporativismo oficial domina Brasília e outros centros do poder, como os governos são débeis na luta contra os desperdícios e truculentos no assalto aos rendimentos dos contribuintes que os sustentam, à evidência, o Brasil continuará sendo reprovado neste vestibular de competência, visto que, mais uma vez, responde erroneamente, à questão elementar de como deve combater a inflação.

A resposta correta é diminuir o Estado e cortar despesas e não manter as estruturas esclerosadas de uma máquina inepta, pelo aumento de receitas. Buscar transferir receitas do setor produtivo para o setor fantasticamente desperdiçador e improdutivo, é acalentar o fracasso.

Em qualquer Manual de Economia elementar, combater a inflação pelo aumento de tributos indiretos, é elevar a inflação pela transferência de tais custos para o preço do dinheiro, dos bens e dos serviços. Quando Dilson Funaro aumentou o IPI, no Plano Cruzado II, implodiu, de vez com o congelamento, o mesmo ocorrendo em todas as "repetições alquimistas" do passado de se combater a inflação pelo aumento de tributos.

Apenas na inflação de "demanda" -que não é o caso do Brasil, que vive, há muitos anos, uma inflação oficial, psicológica e de custos- admite-se o aumento da carga tributária, **mas por tributos diretos**, a fim de adequar o poder aquisitivo à produção de bens e de serviços.

Na atual conjuntura, aumentar IPI é tornar os produtos incididos mais onerosos, influenciando a inflação. Aumentar o IOF é tornar o dinheiro mais caro, com juros mais elevados acelerando-se o ritmo inflacionário. Numa inflação de custos e psicológica, aumentar o imposto de renda é desestimular a poupança, o investimento, e transferir também para o custo da atividade produtora, que gerou a renda, o novo impacto.

Desta forma, a sociedade fica mais pobre, o dinheiro e os produtos mais caros, a inflação maior, o mercado menor, a recessão e o desemprego insuportáveis.

Que o governo deixe de privilegiar a inchada máquina de sua administração direta e indireta e passe a cortar gastos e desperdícios, em vez de atingir, mais uma vez, a sociedade, que não deve mais pagar pela incompetência do Poder Público.

Que o governo fique a favor da sociedade e não contra ela. E que enterre a proposta de aumento da carga tributária, que já é elevadíssima (25% do PIB ou 50% do Produto Privado Bruto), para que seja um governo do Povo e não um governo contra o povo.

IGSM/mos
agovpovo